

Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos Patrimoniais..... 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Boards Standards (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de setembro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 31 de março de 2020 à 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5	31	Fornecedores	6	2	-
Contas a receber a partes relacionadas	7	-	2	Contas a pagar a partes relacionadas	7	88	3
Despesas antecipadas		-	20	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		90	3
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		5	53				
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Despesas antecipadas		-	25	Capital social subscrito		807	311
Imobilizado, líquido	4	549	17	Capital social a integralizar		(149)	(154)
Intangível, líquido	5	79	-	Prejuízos Acumulados		(115)	(65)
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		628	42	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	543	92
TOTAL DO ATIVO		633	95	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO		633	95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 31 de março de 2020 à 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
Gerais e administrativas	9	(49)	(38)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(49)	(38)
Despesas financeiras	10	(1)	(27)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(1)	(27)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(50)	(65)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 31 de março de 2020 à 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2021	2020
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(50)	(65)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(50)	(65)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 31 de março de 2020 à 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de março de 2020 (data da constituição)		-	-	-	-
Capital subscrito		311	(311)	-	-
Capital integralizado		-	157	-	157
Prejuízo do exercício		-	-	(65)	(65)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8	311	(154)	(65)	92
Capital integralizado		-	5	-	5
Aumento de capital		496	-	-	496
Prejuízo do exercício		-	-	(50)	(50)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8	807	(149)	(115)	543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 31 de março de 2020 à 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
<u>Atividades operacionais:</u>			
Prejuízo do exercício		(50)	(65)
<u>Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização	4	-	2
Baixa de ativo imobilizado	4	-	42
		<u>(50)</u>	<u>(21)</u>
<u>Variação de ativos e passivos operacionais:</u>			
		137	(45)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais			
		<u>87</u>	<u>(66)</u>
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	4 e 5	(115)	(61)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos			
		<u>(115)</u>	<u>(61)</u>
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Partes relacionadas		(3)	1
Integralização de capital		5	157
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos			
		<u>2</u>	<u>158</u>
<u>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</u>			
		(26)	31
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		31	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>5</u>	<u>31</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada no Município de Fernando Pedroza, estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Velho Tomaz (Gleba 2), S/N, Zona Rural, foi constituída em 31 de março de 2020 e até a presente data não entrou em fase operacional. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras. A Companhia possui potência instalada de 44,8 MW e até o momento a ANEEL não disponibilizou a garantia física.

Em 2021, a Companhia era controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
Santa Tereza 06	ACL	REA 9267/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	2	9,0	-

- (i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 20 de setembro de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - CONTINUAÇÃO

2.3 Continuidade operacional

Considerando a data de emissão dessas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021, ainda em fase pré-operacional estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.7 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2021

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2021	2020
Numerário disponível	5	31
Total	5	31

4. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2021		2020
	Custo	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Imobilizado em curso (i)	549	549	17
Total	549	549	17

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Santa Tereza, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

4. IMOBILIZADO - CONTINUAÇÃO

b) Movimentação do ativo imobilizado:

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Incorporação (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Imobilizado em curso	17	108	424	549
Total	17	108	424	549

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Imobilizado em curso	-	61	(42)	19
Depreciação	-	(2)	-	(2)
Total	-	59	(42)	17

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, foi realizada uma incorporação pela Companhia no montante de R\$373 do Acervo Cindido da Companhia Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A. e R\$51 do Acervo Cindido da Companhia Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.

5. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais de concessão, autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica, e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

a) A composição do ativo intangível é a seguinte:

	2021		2020
	Custo	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Software e outros intangíveis em curso	79	79	-
Total	79	79	-

b) Movimentação do ativo intangível

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Incorporação (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Software e outros intangíveis em curso	-	7	72	79
Total líquido	-	7	72	79

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, foi realizada uma incorporação pela Companhia no montante de R\$33, do Acervo Cindido da Companhia Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A. e R\$39 do Acervo Cindido da Companhia Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.

6. FORNECEDORES

	2021	2020
Materiais e serviços	2	-
Total	2	-

7. PARTES RELACIONADAS

	2021	2020
Ativo		
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A	-	2
Total	-	2
Passivo		
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A	-	3
Alocação de custos - AES Brasil Operações (i)	88	-
Total	88	3
Resultado		
Compartilhamento de despesas - Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	-	10
Total	-	10

(i) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrentes de alocação de custos.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 25 de agosto de 2020, a controladora indireta AES Brasil Operações, assinou o Share Purchase Agreement (SPA) para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico, incluindo da Companhia, que compõem a primeira fase do Complexo Cajúina, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada estimada de 588 MW. Em 21 de maio de 2021, após cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPEs foi transferida e o controle assumido pela controladora Tucano Holding I.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito da Companhia é de R\$ 807 (R\$ 311 em 31 de dezembro de 2020), o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

Acionista	2021		2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	311.188	100
AES Tucano Holding I S.A	806.633	100	-	-
Total	806.633	100	311.188	100

8.1 Integralização de capital

Em março de 2021, foi realizado a integralização do capital no montante de R\$ 5 em moeda corrente pela AES Tucano Holding I S.A.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTINUAÇÃO

8.2 Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$90, dividido em 90.063 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aumento foi realizado através da incorporação pela Companhia do Acervo Cindido da Companhia Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$406, dividido em 405.381 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aumento foi realizado através da incorporação pela Companhia do Acervo Cindido da Companhia Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

9. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	(21)	(12)
Compartilhamento de despesas	(21)	(10)
Seguros	(7)	(11)
Depreciação e amortização	-	(2)
Outras despesas	-	(3)
Total	(49)	(38)

10. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(1)	(27)
Total	(1)	(27)
Total líquido	(1)	(27)

11. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Como a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não possui receitas para composição de base de cálculo.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	2021		2020		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	5	5	31	31	Custo amortizado
Contas a receber a partes relacionadas		-	-	2	2	Custo amortizado
Total		5	5	33	33	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	6	2	2	-	-	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	7	88	88	3	3	Custo amortizado
Total		90	90	3	3	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado.

12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(a.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS - CONTINUAÇÃO

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	31
Total	5	31

(a.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

	Menos de 3 meses	Total em 31 de dezembro de 2021	Total em 31 de dezembro de 2020
Fornecedores	2	2	-
Contas a pagar a partes relacionadas	88	88	3
Total	90	90	3

Outros riscos considerados relevantes

(b.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS - CONTINUAÇÃO

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(b.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS - CONTINUAÇÃO

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e para os solares. Quando o regimento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram o caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Notas	2021
Aumento de Capital - Intangível cindido	5	72
Aumento de Capital - Imobilizado cindido	4	424
Total		496

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aporte de capital

Em 31 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$2.108, dividido em 2.108.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$1.510, dividido em 1.510.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 31 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$1.960, dividido em 1.960.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 30 de junho de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$420, dividido em 420.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES - CONTINUAÇÃO

Combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

Após o cumprimento ou renúncia de todas as condições precedentes à Transação dispostas no *Business Combination Agreement*, será aberto, para os acionistas da AES Brasi, um período de escolha da opção que desejem exercer no âmbito da Transação.

Uma vez finalizada a documentação necessária, incluindo o protocolo e justificação da Incorporação de Ações e da Incorporação, as administrações da AES Brasi e da Auren convocarão as respectivas assembleias gerais de acionistas para deliberação das matérias relacionadas à Transação.

A condição precedente relativa à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi concluída em 14 de junho de 2024 e a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 06 de setembro de 2024, remanescendo pendentes outras condições precedentes para a conclusão da Transação, dentre as quais, a aprovação ("waivers") dos debenturistas e demais credores, bem como a ratificação da celebração do Acordo pelo Conselho de Administração da AES Brasil.